

ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PIBID APÓS UMA DÉCADA DE PROGRAMA (2007 a 2017): PEDAGOGIA EM QUESTÃO

Grasiela Pereira da Silva de Castilhos*
Adriane Knoblauch**

*Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. grasicastilhos@hotmail.com

**Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. adrianeknoblauch@gmail.com

Resumo

O presente artigo teve como objetivo principal realizar um estudo sobre as produções científicas que destacam o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Refletindo sobre concepções de formação docente inicial vigente no Brasil, constata-se que a racionalidade técnica ainda se faz presente. Com essa percepção, há necessidade de repensar um novo modelo de formação inicial ultrapassando a racionalidade técnica e apontando para um modelo que parta da análise das práticas dos professores. Neste contexto em 2010 por meio de uma ação do Ministério da Educação foi implantado PIBID. Para estimar-se as produções científicas do programa, inicialmente selecionamos as seguintes bases de dados: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram encontrados 99 dissertações e 27 teses, entre os anos de 2007 a 2017, período referente à implantação do PIBID, até os dias atuais. Através dos resultados do presente estudo, foi possível identificar que o programa tem sido uma alternativa para promover mudanças na formação inicial de professores no Brasil. Ao lado de um tom otimista sobre os trabalhos, há também indicações de fragilidades no programa.

Palavras-chave: produção acadêmica, formação docente, PIBID.

Abstract: Analysis of academic production on PIBID after a decade of the program (2007-2017): Pedagogy in question. The main objective of this article was to carry out a study about the scientific productions that highlight the Institutional Program of Initiation to Teaching Grant (PIBID). Reflecting on conceptions of initial teacher training in Brazil, we can see that technical rationality is still present. With this perception, there is a need to rethink a new initial training model that goes beyond technical rationality and points to a model based on the analysis of teachers' practices. In this context in 2010 through an action of the Ministry of Education was implemented PIBID. To estimate the scientific productions of the program, we initially selected the following databases: Thesis and Dissertations Bank of the Coordination of Improvement of Higher Level Personnel (CAPES) and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). A total of 99 dissertations and 27 theses were found between 2007 and 2017, a period related to the implantation of PIBID, to the present day. Through the results of the present study, it was possible to identify that the program has been an alternative to promote changes in initial teacher training in Brazil. Alongside an optimistic tone about the work, there are also indications of weaknesses in the program.

Keywords: academic production, teacher training, PIBID.

Introdução

A formação de professores atualmente encontra-se no centro de diferentes debates. Frequentemente a mídia apresenta sua leitura de dados estatísticos e coloca a precariedade da formação docente como um dos mais graves problemas da educação do país. O campo acadêmico, por sua vez, também elege a formação docente como um dos temas mais estudados e aponta fragilidades nos diferentes modelos de formação ao longo do tempo (André, 2001; Brezezinski & Garrido, 2001; Marin, Bueno & Sampaio, 2005).

Pérez Gómez (2000) apresenta quatro modelos de formação docente, quais sejam, a perspectiva acadêmica, a perspectiva técnica, a perspectiva prática e, por fim, a perspectiva de reconstrução social. Afirma, ainda, que o modelo da Racionalidade Técnica, alinhado à segunda perspectiva ainda é o mais vigente nos cursos de formação docente. Tal modelo prevê uma hierarquia na organização dos cursos e de quem produz o conhecimento considerado adequado, de modo que dissocia a teoria da prática escolar e coloca o professor da escola básica como um consumidor de teorias elaboradas por outros profissionais. Nessa perspectiva, o professor é visto como um mero aplicador de técnicas e métodos pensados por outros.

Contudo, a partir do ano 1990, foi proposto por diversos autores, um novo modelo de formação docente inicial, que pretende se contrapor ao modelo da Racionalidade Técnica. Em função dos limites deste artigo, é possível afirmar que, ainda que com matrizes teóricas distintas, há em comum a defesa da formação de um professor que aprende a partir do seu próprio contexto de ação em relação com uma sólida formação teórica, superando a fragmentação entre conhecimento teórico e prático (Nóvoa, 1992; Marin, 1996; Giroux, 1997; Zeichner, 1993, entre outros).

Tal discussão permite identificar que para o avanço da formação docente inicial e continuada ser alcançado são necessários esforços conjuntos entre governo, professores e instituições de ensino. Neste contexto em dezembro de 2007, foi instituído através da Portaria Normativa nº 38 do Ministério de Educação (MEC) o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que é um programa de incentivo e valorização do magistério bem como de aperfeiçoamento do processo de formação de docentes para a educação básica. Basicamente, o programa se destina ao desenvolvimento de projetos em que licenciandos se vinculam a experiências em escolas de Educação Básica sob orientação de um professor da Universidade e também de um professor da escola básica, esse último denominado pelo programa como “supervisor”. O programa apresenta como principais objetivos encurtar a distância entre Educação Básica e Instituições de Ensino Superior e, conseqüentemente, trabalhar a dicotomia existente entre teoria e prática e promover a valorização do magistério.

Considera-se, então, que a proposta do PIBID corrobora com um processo formativo, voltado especialmente à prática pedagógica dos professores e licenciandos, tornando-se algo essencial no aperfeiçoamento da profissão docente, tendo em vista que alia teoria e prática a partir de experiências concretas de atuação.

O presente artigo teve como objetivo principal realizar um estudo sobre as produções científicas que destacam o PIBID, verificando se as publicações evidenciam uma melhoria na formação docente inicial dos licenciandos participantes do PIBID, para assim conhecer os resultados que o programa vem demonstrando ao longo de uma década de existência. Neste artigo, a metodologia utilizada foi um estudo sobre a produção científica por uma revisão de investigações que têm caráter bibliográfico e são denominadas “estado da arte” ou “estado do conhecimento” (Ferreira, 1999).

Para localizar as produções científicas sobre o programa, inicialmente selecionamos as seguintes bases de dados: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram encontradas 99 dissertações e 27 teses, entre os anos de 2007 a 2017, período referente à implantação do PIBID, até os dias atuais.

O presente levantamento se efetivou primeiramente de forma quantitativa e posteriormente, realizamos uma etapa qualitativa das publicações que tiveram como foco o PIBID nos cursos de Pedagogia. A partir dos títulos, palavras-chave e resumos, observamos em cada publicação, o curso, sujeitos da pesquisa, referencial teórico e resultados alcançados.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: primeiro, apresentamos o percurso histórico do PIBID, em um segundo momento, caracterizamos o mapeamento das produções científicas sobre o programa com destaque para as produções que enfatizaram o PIBID em cursos de Pedagogia e, por fim, apresentamos as considerações finais.

O percurso do Pibid durante uma década (2007/2017)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é um programa de incentivo e valorização do magistério bem como de aperfeiçoamento do processo de formação de docentes para a educação básica. É um programa de formação inicial para os alunos de licenciatura, mas para coordenadores e supervisores pode adquirir o caráter de formação continuada. O PIBID oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira.

O recorte realizado nesta pesquisa compreende o PIBID desde sua criação, quando em dezembro de 2007, por meio de uma ação conjunta do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESU), da Fundação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi aberta uma chamada pública de propostas de projetos. Inicialmente, o programa foi destinado a estudantes de instituições federais de ensino superior e centros federais de educação tecnológica que possuíam cursos de licenciatura, com a intenção de incentivar a formação de professores nas áreas mais carente de docentes, a saber ciências naturais e matemática.

Porém, de acordo com Relatório de Gestão (2009/2013) da CAPES, houve ampliação do programa, tendo em vista que:

Ao ser lançado, em 2007, a prioridade de atendimento do PIBID eram as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o ensino médio – dada a carência de professores nessas disciplinas. No entanto, com os primeiros resultados positivos, as políticas de valorização do magistério e o crescimento da demanda, a partir de 2009, o programa passou atender a toda a Educação Básica, incluindo educação de jovens e adultos, indígenas, campo e quilombolas (CAPES, 2013, p.27).

Desde 2007 até 2013, o programa lançou oito editais. As primeiras atividades iniciaram-se em 2009 com 3.088 bolsistas. Em 2012 o número de bolsas cresceu para 49.231 bolsas e em 2014 chegou a 90.254 concessões, distribuídas em 2.997 subprojetos e 855 campus por todo o país. A partir de 2013, instituições privadas passaram a ser incluídas,

objetivando a participação de bolsistas do ProUni. A justificativa apresentada foi a de que nas instituições privadas são formados cerca de 70% dos professores em exercício. Percebe-se assim, uma ampliação do programa, por um lado, mas alterações em seus objetivos, por outro lado. A esse respeito, Gimenes (2016) evidencia que um dos pontos considerados mais problemáticos do Programa foi a inclusão das instituições privadas.

É interessante observar como as instituições privadas com e sem fins lucrativos vão ganhando espaço no desenvolvimento histórico do PIBID, autorizadas a participar do Programa a partir de 2013, em 2014 essas instituições receberam 18% das concessões desse Programa e representam 47% das IESs parceiras (Gimenes, 2016, p. 123).

Além desse estudo, Pimenta e Lima (2017), também ressaltam a destinação de recursos públicos do PIBID para as instituições privadas de ensino superior.

Se considerarmos que a maioria das instituições privadas de ensino superior contam com as verbas do ProUni, e que mesmo, muitas até delas dependem, o PIBID com a atribuição de bolsas passou a ser mais um dos caminhos de escoamento de recursos públicos para essas instituições (Pimenta & Lima, 2017, p. 8).

No entanto, a partir de 2015 novas disputas passaram a permear o programa, o que resultou numa diminuição do número de bolsas ofertadas e em tentativas para sua redefinição.

Nesse sentido, em fevereiro de 2016, o presidente da Capes anunciou através do Ofício Circular nº 2/2016-CGV/DEB/CAPEs, que o PIBID sofreria o corte de mais de 45 mil bolsistas do programa que completassem 24 meses de permanência, não havendo perspectiva de substituição dos bolsistas excluídos.

Diante dessa conjuntura, o Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID) redigiu uma nota de repúdio à decisão, visto que desprezava acordos realizados anteriormente.

Após dois meses da divulgação do corte de bolsas, a Capes publicou a Portaria nº 46, que aprovou o novo regulamento, considerando a necessidade de aperfeiçoar e atualizar as normas do programa, revogando a Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013.

A portaria nº 46/2016 fixou novas regras para adequar o PIBID em consonância com outros projetos desenvolvidos na área de alfabetização e letramento. Neste contexto, as escolas de educação básica com maiores dificuldades, poderiam contar com o auxílio dos bolsistas das licenciaturas. De acordo com a nova proposta, seriam ofertadas 30 mil bolsas aos estudantes de licenciatura, desse total 40% seriam destinadas ao curso de Pedagogia, para os acadêmicos atuarem do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino brasileira.

Novamente o FORPIBID, manifesta-se relatando que a portaria dá ênfase ao reforço escolar em matemática e português, em detrimento ao aperfeiçoamento da formação docente. Além destes aspectos, muitas instituições de ensino superior não se encaixariam nas novas regras, implicando no encerramento de diversos projetos oferecidos. A reformulação do programa determinaria uma diminuição de 50% a 90% das bolsas, cerca de 90 mil bolsas no país.

Diante desta conjectura, em junho de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria Capes nº 84/2016, a revogação da portaria Capes nº 46/2016, referente ao regulamento do PIBID. A Capes decidiu manter o programa em funcionamento até fevereiro

de 2018, e posteriormente divulgaria orientações e recomendações sobre a continuidade dos projetos para o ano letivo de 2018. A proposta foi apresentada e resultou em dois novos editais, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) remodelado e o Programa de Residência Pedagógica (RP), incluindo a participação de instituições de ensino superior (IES) privadas com fins lucrativos.

Entende-se que a avaliação desse programa, dada a sua extensão e magnitude, deve ocorrer não apenas pelo aumento ou diminuição de licenciandos, professores e escolas atendidos. É preciso avaliar o impacto dele na formação inicial e continuada. É com esse objetivo que se procedeu a esse estado da arte.

Caracterizando o mapeamento das produções científicas sobre o PIBID

Inicialmente foi realizado um levantamento que buscou evidenciar a produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Educação publicada nos últimos anos no Brasil, mais especificamente desde a criação do PIBID. Dessa forma, a fim de mapear a utilização do PIBID no campo educacional brasileiro no período de 2007 a 2017, analisamos as dissertações e teses nas quais ocorreram a referência ao programa no título, palavras-chaves e resumo nas seguintes bases de dados: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram encontradas 99 dissertações e 27 teses no período analisado, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Dissertações e teses publicadas no período de 2007 a 2017 que abordam o PIBID como campo de pesquisa

	DISSERTAÇÕES		TESES	
		2012	4	2012
CAPES	2013	7	2013	1
	2014	18	2014	4
	2015	31	2015	9
BDTD	2016	32	2016	10
	2017	7	2017	3
	TOTAL	99	TOTAL	27

Fonte: Banco de dados CAPES/BDTD - Elaborado pelas autoras.

Podemos compreender que as primeiras dissertações sobre o PIBID foram publicadas em 2012 e a primeira tese em 2013. Ao longo dos anos, evidenciamos um aumento das produções acadêmicas, com maior concentração no ano de 2016. As dissertações representam a maioria dos estudos publicados no banco de dados da CAPES E BDTD¹.

O presente levantamento se efetivou primeiramente de forma quantitativa e posteriormente, realizamos uma etapa qualitativa a partir dos títulos, palavras-chave e resumos, observando, em cada publicação, o ano, curso, sujeitos da pesquisa, referencial teórico e resultados alcançados. Após esta análise, optamos por concentrar-nos em 36 trabalhos, sendo 24 dissertações e 12 teses, pois buscamos enfatizar as produções que empregaram o PIBID de Pedagogia como campo de pesquisa.

¹ Em relação à diminuição dos trabalhos em 2017, levantamos como hipótese que isso pode ter ocorrido pelo fato dos trabalhos defendidos naquele ano ainda não terem sido inseridos nas plataformas pesquisadas até o momento de nossa busca. Novas pesquisas precisam ser feitas a fim de comprovar ou não essa hipótese.

Tabela 2: Dissertações e teses sobre PIBID nos cursos de Pedagogia

CAPES BDTD	DISSERTAÇÕES		TESES	
	2012	-	2012	-
2013	-	2013	1	
2014	5	2014	2	
2015	9	2015	4	
2016	8	2016	3	
2017	2	2017	2	
TOTAL	24	TOTAL	12	

Fonte: Banco de dados CAPES/BDTD - Elaborado pelas autoras.

Após a organização sistemática e a leitura das 36 publicações selecionadas a partir do banco de dados da CAPES e BDTD especificamente sobre a temática PIBID de Pedagogia, destacamos que os sujeitos analisados nas pesquisas foram: acadêmicos bolsistas das licenciaturas, professores supervisores atuantes nas escolas de educação básica, professores coordenadores de área e institucional do programa que atuam nas instituições de ensino superior, ex-bolsistas do PIBID, alunos participantes das escolas parceiras atendidas pelo programa, professores iniciantes e diretores das escolas de educação básica que implantaram o programa.

As produções acadêmicas analisadas foram defendidas em diferentes instituições, com predominância das localizadas na região sudeste, conforme segue:

Tabela 3: Instituições/número de publicações por região

INSTITUIÇÕES/NÚMERO DE PUBLICAÇÕES	REGIÃO	TOTAL
UFRGS (1) - UNISC (1) - URI (1) - UCS (1) - PUC-RS (1)	SUL	5
UFF (1) - UFRJ (1) - USP (2) - UNESP (2) - UMESP (1) PUC-SP (1) - PUC-CAMPINAS (1) - UNIMEP (1) UNICAMP (2) - USF (1) - UFOP (1) - UFV (3) - UFVJM (1)	SUDESTE	18
UCDB (3) - UFMT (1)	CENTRO-OESTE	4
UECE (6) - UFC (2) - UFRN (1)	NORDESTE	9
TOTAL		36

Fonte: Banco de dados CAPES/BDTD - Elaborado pelas autoras.

Em relação aos objetivos das pesquisas, foi possível agrupar os trabalhos em dois grandes grupos:

1. Objetivos relacionados às ações vivenciadas no PIBID: são trabalhos que buscam avaliar as contribuições dos saberes adquiridos para o desenvolvimento/socialização profissional, aprendizagem da docência, construção da identidade docente, potencialidade prática de

escrita, importância do diálogo entre professores e licenciandos, a socialização profissional no início de carreira docente, como vem se dando a inserção das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas experiências de aprendizagem e docência de professores em formação. Neste grupo foram localizados trinta e três trabalhos.

2. Objetivos relacionados às ações enquanto política pública de formação de professores: são trabalhos que analisam o PIBID como uma política pública para o enfrentamento da crise das licenciaturas, buscando compreender o programa como um espaço de formação continuada para os professores supervisores, analisando as concepções que norteiam o estágio curricular supervisionado e o programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID) enquanto atividade de iniciação docente. Três trabalhos foram enquadrados neste grupo.

Destaca-se ainda que a maioria dos estudos analisados é de natureza qualitativa e utilizaram como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas, registros escritos e das ações dos sujeitos, audiografações, encontros coletivos, questionário, estudo documental, elaboração de contos na perspectiva literária, entrevista de cunho narrativa, observações em lócus, análises escriturais de blogs, diário autobiográficos, rodas de conversa e narrativas de história de vida.

Os resultados encontrados nos estudos indicam que:

- O PIBID vem possibilitando o diálogo entre licenciandos e professores da educação básica;
- Contribui de forma significativa para o processo de formação docente inicial, incentivando a docência e possibilitando a construção da identidade docente;
- Propicia novas aprendizagens para os professores que atuam como supervisores e coordenadores do programa;
- Ações do programa visam construção e fortalecimento de práticas pedagógicas, desenvolvendo saberes e habilidades;
- Há reflexão sobre a formação de professores, através do contato efetivo com a profissão;
- Há o incentivo para publicação de artigos, livros e apresentação de trabalhos científicos;
- Os bolsistas auxiliam os professores das escolas de educação básica, na prática pedagógica através do trabalho em equipe;
- Possibilita a validação da escolha profissional dos licenciandos;
- As experiências do PIBID superam a formação em serviço;
- O PIBID possibilita a permanência nos cursos de licenciatura;

Gimenes & Pimenta (2013) encontraram resultados semelhantes. Em trabalho intitulado “O que dizem as publicações sobre o PIBID no Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) no período 2008 a 2012?”, as autoras analisaram os 64 trabalhos publicados nesse evento no período demarcado e concluem que em 81% deles fica evidente o tom de otimismo em relação à novidade que é o PIBID.

André (2017) apresentou na 38ª. Reunião Anual da ANPED análise de dados sobre egressos de três programas de iniciação à docência, dentre eles, o PIBID. De um total de 1237 questionários aplicados em todo o país, 67% desses egressos afirmam estar atuando como docentes na Educação Básica, sendo que 60% atuam em instituições públicas, o que mostra um aspecto positivo desses programas e um retorno do investimento do governo federal. Além disso, as respostas dos egressos desses programas contradizem estudos que apontam

para dificuldades no início da carreira docente, o que poderia indicar o sucesso desses programas na formação dos novos professores (ANDRÉ, 2017).

Contudo, as pesquisas não são unânimes com relação aos resultados que o programa vem demonstrando. Pimenta & Lima (2017), também em trabalho apresentado na 38ª Reunião Anual da ANPED, ressaltam que o PIBID se instala em forma de atividades e projetos de ensino e pesquisa nos mesmos espaços institucionais por onde transita o estágio curricular supervisionado.

Além das obrigações próprias de seu cotidiano, as escolas públicas têm sido sobrecarregadas com as políticas do ensino fundamental e médio como a de implementação e operacionalização das avaliações institucional e de seus alunos a serem comparados e classificados conforme os indicadores externos nacionais e internacionais. Nesse contexto, ainda recebem a responsabilidade trazida pela universidade de dar conta de alunos estagiários e alunos pibidianos, conforme definidos pelo Programa criado pela Capes (Pimenta & Lima, 2017, p. 2).

As autoras explicitam que as escolas de Educação Básica estão sobrecarregadas, pois têm assumido a tarefa pelo processo de ensino e aprendizagem dos alunos, e ainda participam da formação de futuros professores, por meio de projetos e estágio supervisionado. Além deste aspecto, elas ressaltam que o número de bolsas ofertadas pelo PIBID é limitado, representando um processo de exclusão da maioria dos estudantes de licenciaturas brasileiras, tornado-se, dessa forma, em um programa elitista.

Segundo os dados do Relatório de Gestão PIBID (2009/2013) publicado pela Capes em 2014, havia um total de 90.254 bolsas concedidas. Os dados do último Censo da Educação Superior do Inep/MEC de 2015, informam que dos 8.027.297 milhões de jovens universitários, 68,7% optaram pelo bacharelado, enquanto 18,3% fazem licenciatura e 12,6% são tecnólogos. Compreendemos que o PIBID concede bolsas de iniciação à docência a somente 6,14% dos licenciandos do Brasil.

Nessa mesma direção Gimenez (2016, p.128) aponta que:

[...] outra característica do programa diz respeito ao valor constitutivo do programa, que se baseia na meritocracia, uma vez que o programa tem como base a concorrências através de editais, sendo que apenas um projeto é aprovado por instituição, assim como a seleção de bolsistas. Tal seleção é necessária, pois o PIBID tem um alcance bastante limitado entre os alunos de licenciatura em território nacional [...].

Percebemos, desta forma, que diversas pesquisas vêm sendo publicadas, enfatizando não somente as potencialidades do PIBID, mas também suas fragilidades.

Com relação aos aspectos que precisam de maior atenção no PIBID, os estudos analisados no mapeamento aqui demonstrado, apontam que: há falhas e imprevistos na execução dos projetos, troca de coordenadores e supervisores; não há estreita relação entre coordenadores, professores supervisores e escolas parceiras; projetos que não condizem com a realidade vivenciada nas escolas de Educação Básica; falta de interdisciplinaridade; uso de métodos tradicionais; o reforço da lógica disciplinar e outras características de uma educação conservadora; demora na compra de materiais permanentes e mal-estar em relação ao seu uso; número reduzido de alunos e professores contemplados com as bolsas do programa; o PIBID não realiza um acompanhamento dos egressos do programa; falta de espaço físico nas escolas

para realização dos projetos; a comunidade escolar não tem clareza sobre qual é a finalidade dos bolsistas nas escolas; concepção dos bolsistas como auxiliares de turma e não como bolsistas de iniciação à docência; deveria haver um estímulo maior para a participação dos professores da educação básica no programa; desestímulo à docência; os bolsistas desenvolvem atividades que são vedadas no regulamento do PIBID; falta de tempo do professor supervisor para a realização das atividades do programa; professores supervisores não entendem o papel que desempenham de co-formadores; pouca aceitação dos professores das escolas de educação básica que não estão envolvidos com as atividades do PIBID; o trabalho das professoras centra-se no fazer, sem muitas oportunidades de refletir sobre a fundamentação teórica que embasa sua prática.

Avaliando as publicações consideradas neste estudo, percebemos que a maioria dos trabalhos apresenta conclusões otimistas com relação ao PIBID, mas há outros que apresentam fragilidades, as quais precisam ser consideradas para aprimoramento do programa.

Considerações Finais

Observamos que o PIBID estimulou a produção acadêmica de dissertações e teses nos programas de Pós-Graduação em Educação na última década, de modo que há um acúmulo de conhecimento sobre o funcionamento desse programa.

Ressaltamos, ainda, que o curso de Pedagogia foi um campo de pesquisa que se destacou entre os estudos encontrados no mapeamento dos trabalhos.

A publicação desses estudos é significativa, pois pode trazer contribuições para as discussões sobre o processo de formação docente inicial, bem como para os próprios projetos que são desenvolvidos nas instituições de ensino superior em parceria com as escolas de educação básica.

Através dos resultados do presente estudo foi possível identificar que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) apesar de ter sofrido modificações ao longo de uma década, tem se mostrado uma alternativa para promover mudanças na formação inicial de professores, podendo se tornar uma importante ferramenta para a superação da racionalidade técnica ainda vigente nos cursos de licenciatura no Brasil. Mas, no espaço do contraditório, há trabalhos que apontam fragilidades. Assim, o tom de otimismo deve ser substituído por uma análise mais rigorosa sobre o programa.

No entanto, não consideramos que o aprimoramento do PIBID caminhe na direção apontada pelo edital 07/2018 apresentado pela CAPES. Como foi possível demonstrar ao longo do artigo, o PIBID vem sendo alvo de disputas políticas e os últimos editais foram uma clara tentativa de remodelar seu conteúdo e objetivos. De reforço escolar, tal como previsto pela portaria nº 46/2016, o programa passa a ser um complemento à Residência Pedagógica proposta pelo edital 06/2018 da CAPES. Ou seja, pelo edital 07/2018 o PIBID passa a contemplar somente acadêmicos na primeira metade do curso, isto é, aqueles que não tenham concluído mais de 60% da carga horária regimental do curso. Outra alteração aconteceu com relação ao item 5.3 do mesmo edital, que prevê 24 cotas de bolsa na modalidade de iniciação à docência por núcleo. Para completar o número de 30 discentes, as IES foram incentivadas a incluir até 6 (seis) participantes sem bolsa. A duração máxima das cotas de bolsa concedidas nesse edital é de 18 meses, para o início dos projetos selecionados a partir de 1º de agosto de 2018 (BRASIL, 2018a).

Em contrapartida, o Programa de Residência Pedagógica foi lançado pelo Edital CAPES nº 06/2018 e prevê, entre seus objetivos, a reformulação dos estágios curriculares.

Segundo o edital, esse programa é destinado para alunos da segunda metade dos cursos. A imersão desses nas escolas deve contemplar, entre outras ações, regência de sala de aula e intervenção pedagógica. Assim como no PIBID, cada bolsista selecionado será acompanhado por um professor da escola com experiência na mesma área de ensino do licenciando, e por um docente de instituição de educação superior (BRASIL, 2018b). No entanto, esse programa, ao sugerir reorganização das propostas de estágio curricular como estratégias para a residência pedagógica, constitui uma clara intenção de ferir a autonomia universitária. Conforme o edital, todas as horas destinadas aos estágios obrigatórios seriam convertidas em atividades da Residência Pedagógica, com definição vinda pelo edital, da carga horária de imersão na escola, observações, regências e etc.

Consideramos esse último movimento como um ataque aos objetivos iniciais do programa de melhorar a formação inicial dos cursos de Licenciatura e constatamos que as pesquisas aqui referenciadas sequer foram consideradas para tal remodelamento. Mais uma vez o poder público desconsidera a produção acadêmica para a formação de suas políticas.

Referências

- André, M. E. D. et al. (2001). Estado da arte da formação de professores no Brasil. *Educação e Sociedade*, 20, 301-309.
- André, M. E. D. Inserção profissional de egressos de programas de iniciação à docência. In: 38ª. Reunião Nacional da Anped, 2017, *Anais*: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Recuperado em 25 novembro, 2018, de http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom_38anped_2017_gt08i_textomarlyandre.pdf
- Brasil. *Edital nº 7/2018, 28 de fevereiro de 2018a*. (2018a). Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de março.
- Brasil. *Edital nº 6/2018, 28 de fevereiro de 2018b*. (2018b). Programa de Residência Pedagógica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de mar.
- Brzezinski, I.; Garrido, E. (2001). Análise dos trabalhos do GT de Formação de professores: o que revelam as pesquisas do período: 1992/1998. *Revista Brasileira de Educação*, 18, 82-100.
- Ferreira, Norma S. A. (1999). *Pesquisa em leitura: Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, SP, Brasil.
- Forpibid. Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID. (2017). Recuperado em: 11 novembro, 2017, de <https://pt-br.facebook.com/people/Forpibid-Brasil/100009618044139>
- Gimenes, C. I. (2016). *O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a formação de professores de ciências naturais: possibilidade para a práxis na formação inicial?* Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Gimenes, C. I. & Pimenta, S. G. (2013). *O que dizem as publicações sobre o PIBID no Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) – período 2008 a 2012?* Encontro Luso Brasileiro Sobre Trabalho Docente e Formação, II, 2013, Porto.

- Giroux, H. (1997). *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: ArtMed.
- Inep. *Censo da Educação Superior*. (2015). Brasília: INEP/MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.
- Marin, A. J. (1996). Propondo um novo paradigma para formar professores a partir de dificuldades históricas na área. In: Reali, A. M. M. R.; Mizukami, M. G. N. (Org.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 153-165.
- Marin, A. J. & Bueno, J. G. S. & Sampaio, M. M. F. (2005). Escola como objeto de estudo nos trabalhos acadêmicos brasileiros: 1981/1998. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 35, 171-199.
- Nóvoa, A. (1992). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ofício Circular nº 2/2016-CGV/DEB/CAPES*. (2016). Informativo sobre prorrogação de bolsas do Pibid. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, DF, 18 fev. 2016.
- Perez Gomez, A. (2000). A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. In Gimeno Sacristán, J. e Pérez.Gómez. A. (orgs). *Compreender e transformar o ensino*, Porto Alegre: ArtMed, 353-379.
- Pimenta, S. G. e Lima, M. S. L. (2017). Os (Des)Caminhos das Políticas de Formação de Professores – O Caso dos Estágios Supervisionados e o Programa de Iniciação à Docência: Duas Faces da Mesma Moeda? *38ª Reunião Nacional da Anped*. 01 a 05 de outubro de 2017, UFMA, São Luís/MA.
- Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007*. (2007). Cria o PIBID. Formação de profissionais do magistério da educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2007.
- Portaria nº 96, de 18 de julho de 2013* (2013). Aprova Regulamento do PIBID. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jul. 2013.
- Portaria Normativa nº 046, de 11 de abril de 2016*. (2016). Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 abr. 2016.
- Portaria Normativa nº 84, de 14 de junho de 2016*. (2016). Revogar a Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2016.
- Relatório de Gestão do PIBID 2009-2013*. (2013). Recuperado em: 15 de novembro, 2017, de <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2562014relatororio-DEB2013-web.pdf>
- Zeichner, K. M. A. (1993). *Formação reflexiva de professores: idéias e práticas*. Lisboa: Educa.

Recebido em: 12/06/18

Aprovado em: 04/06/19